

Que tal falar de Saúde?

Miguel Paiva **Autor** Economista

Há um país que consome em saúde um volume de recursos equivalente a 9,4% de toda a riqueza lá produzida¹. Tendo havido uma evolução positiva em grande parte dos indicadores de saúde da população desse país, ainda persistem situações merecedoras de preocupação, especialmente nas doenças infectocontagiosas (VIH, hepatite, tuberculose), oncológicas ou nas chamadas doenças da civilização (obesidade, doenças cardiovasculares, consumo de tabaco e álcool ou diabetes). Para além disso, esse país tem ainda problemas no acesso a cuidados de saúde, de que a falta de médicos de família para cerca de meio milhão de cidadãos (5% da população) é apenas um exemplo de entre outros que poderiam ser citados.

Abreviando a descrição do panorama geral, importa referir que o Tribunal de Contas desse país tem produzido vários relatórios sobre o desempenho do seu Serviço Nacional de Saúde, identificando um desperdício de recursos na ordem dos 25%. Todo este quadro ganha contornos preocupantes quando se acrescenta que o país vive uma profunda crise económico-financeira, com crescimentos económicos endémicos nos últimos 10 anos, uma dívida pública que já supera 100% do PIB e um gigantesco défice do Orçamento de Estado.

Bom, já se percebeu que o país de que se falava atrás se chama Portugal e, porque é nele que nascemos e vivemos, é aquele que, enquanto cidadãos activos, conscientes e patriotas, temos a obrigação de ajudar a desenvolver e a prosperar.

É sabido que, fruto de um conjunto de circunstâncias políticas, se está à porta de eleições legislativas que irão eleger um Parlamento do qual brotará o Governo que nos irá liderar nos próximos quatro anos. À partida, este seria um excelente momento para discutirmos com profundidade as soluções que nos apontam para o futuro. Durante a campanha eleitoral tem-se fala-

do bastante de assuntos relacionados com a Saúde o que, face à breve descrição do panorama do sector acima feita, se compreende com facilidade. Sendo por isso normal que se fale tanto da saúde, seria bom que a discussão assentasse em princípios de racionalidade, de verdade e de responsabilidade.

Infelizmente, nem sempre assim tem acontecido. Alguns actores políticos preferem abordar diversas matérias com base em dogmas ideológicos ou destacando casos isolados e desenquadrados de um âmbito geral de análise, fugindo assim da discussão profunda que o assunto merece. Vejamos três exemplos do que tem acontecido e que consideramos serem perturbadores de uma discussão profícua:

SERVIÇOS PÚBLICOS VS SERVIÇOS PRIVADOS

Grande parte dos debates têm sido enfocados em torno da questão de saber se deveremos assegurar a prestação dos serviços de saúde à população através de prestadores públicos ou de prestadores privados. Salvo o devido respeito por quem enfatiza esta forma de olhar para o problema, parece ser evidente que, para os cidadãos que pagam impostos e que, conhecendo aquilo que a Constituição da República determina, o que é verdadeiramente importante é que lhes seja garantido o acesso a serviços de saúde e que esse acesso lhes seja assegurado de forma tendencialmente gratuita. A questão de saber se, para o conseguirem, entram na porta de uma unidade que presta contas pela sua gestão ao Sr. Ministro da Saúde, à Mesa da Santa Casa da Misericórdia X ou à Administração da empresa Y é absolutamente irrelevante. Acima de tudo, o que deveria preocupar o Estado eram apenas duas coisas. A primeira era definir a solução organizativa para o Serviço Nacional de Saúde que garanta que os cidadãos do país têm acesso a serviços

de saúde de qualidade em tempo útil e aos menores custos possíveis, maximizando assim a utilidade dos recursos disponíveis. A segunda era a de regular a actuação de todas as entidades prestadoras garantindo que cumpram as suas obrigações e intervindo de forma vigorosa sempre que isso não acontecesse.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Estando o país a confrontar-se com um grave problema de finanças públicas que, entre outras causas, deve muito à concretização nos últimos anos de um inusitado volume de contratos de parceria público-privada na área das infra-estruturas rodoviárias, o qual asfixia os actuais e futuros Orçamentos de Estado, criou-se um clima de demonização desta solução de investimento que assume proporções irracionais. Havendo alguns casos de parceria público-privado na área da Saúde, seria justo considerar que casos como aqueles que constavam do programa de substituição de velhas unidades hospitalares por novas é bem diferente de uma parceria público-privada para a construção de uma nova estrada ou mesmo de um novo hospital. No primeiro caso estamos a falar de substituir um gasto em que o Estado já está a incorrer pela manutenção em funcionamento de uma unidade prestadora existente por outra nova. No segundo caso estamos a falar da criação de um gasto adicional que resulta da criação de uma nova infra-estrutura. Sendo correcto avaliar de forma rigorosa a capacidade do país em suportar os gastos inerentes a cada uma das situações, é inequívoco que estamos perante realidades com implicações orçamentais completamente diferentes. Aliás, sabendo que Portugal teve uma experiência recente neste âmbito (o contrato de gestão do Hospital Fernando da Fonseca por uma entidade privada), seria extremamente importante que fosse efectuada uma avalia-

ção o mais profunda possível da execução desse contrato para que fosse produzido conhecimento técnico e científico quanto a este tipo de soluções que, revestindo-se de especificidades muito próprias na área da saúde, ainda não estão totalmente dominadas mesmo a nível internacional.

RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA

Quando estamos a discutir assuntos com a importância da saúde, é importante que todos o façam com grande sentido de responsabilidade. Propor soluções para o Serviço Nacional de Saúde sem ter noção das respectivas consequências, sejam os previsíveis reflexos na evolução dos indicadores de saúde, sejam as de índole orçamental, não é aceitável. Para além disso, temos obrigação de exigir uma grande transparência por parte de todos aqueles que se envolvem no processo político, nomeadamente quanto às ligações aos vários grupos de interesses que interagem no sector da Saúde.

Na gestão sabemos que o segredo do sucesso das organizações está nas pessoas. Nenhuma organização cumprirá a sua missão se não servir aqueles (pessoas) a quem destina os seus produtos ou serviços, no mínimo, de acordo com as suas expectativas. No entanto, nenhuma organização o conseguirá fazer se não criar as condições para que os seus profissionais (pessoas) se sintam envolvidos e comprometidos na respectiva actualização, desenvolvendo a sua actividade com eficácia de re-

sultados e eficiência de meios.

Neste momento estão em causa escolhas importantes quanto a essa mega organiza-

ção designada “Serviço Nacional de Saúde”. A magnitude do que está em jogo obriga-nos a ser criteriosos e exigentes na avaliação das soluções que os vários partidos nos apresentam. Não o fazer, aceitando algumas discussões vazias de conteúdo e evitadas de populismo ou de proclamações irresponsáveis só contribuirá para que o futuro nos traga um ambiente mais cinzento.

I – Eurostat – Dados relativos às contas nacionais de 2006.

